

***A Marca de Caim**:
As características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares****

Dyane Brito Reis ***

RESUMO: Este trabalho é parte de uma pesquisa detalhada sobre a suspeição policial na cidade de Salvador, que busca compreender qual a imagem que a polícia constrói sobre o tipo social que considera suspeito, na maioria dos casos identificado com o negro/mestiço. O artigo trabalha com dados extraídos de 30 entrevistas realizadas com policiais de diversas patentes, em duas Companhias da Polícia Militar de Salvador. Utilizando o recurso da imagem e de entrevistas, foi possível caracterizar o “tipo ideal” suspeito abordado nas ruas pela PM. Este tipo ideal é descrito como homem negro, em muitos casos rastafari, com tatuagens ou cicatrizes pelo corpo, correntes de ouro, jeito de andar meio gingado, denominado pelos policiais como “tombo”, normalmente morador de favelas e invasões.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo, violência policial, tipo ideal, suspeição, discriminação racial.

No século XVIII, Cesare Lombroso definiu uma lista de elementos que, segundo ele, classificariam os indivíduos como potencialmente criminosos ou com grande propensão ao crime. Alguns desses elementos ainda persistem na sociedade moderna e constituem-se em fonte inspiradora da suspeição policial. Refiro-me aqui, por exem-

* De acordo com a *Gênesis*, o primeiro assassino da história da humanidade é Caim, em quem o Senhor pôs um sinal, para identificá-lo perante os outros homens. (Gn 4; 15)

** Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada para Dissertação de Mestrado intitulada *O Racismo na Determinação da Suspeição Policial: a construção social do suspeito*. O trabalho contou com apoio da Fundação Ford, através de uma dotação científica do Centro de Estudos Afro Asiáticos, Universidade Cândido Mendes, e do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, através de uma bolsa de estudos no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

*** Socióloga e Mestre em Ciências Sociais.

plo, à presença de tatuagens pelo corpo, sinais ou cicatrizes, tipo de cabelo e até mesmo a cor da pele. Em pesquisa realizada em duas Companhias da Polícia Militar de Salvador, a maioria dos policiais entrevistados afirma reconhecer um criminoso ou delinqüente baseados nesses elementos, como exemplificado na fala que se segue:¹

Eu desconfio do cara cheio de correntes, aquele cabelinho assim, tipo rastafari; tatuagem ou então uma cicatriz. Eu abordo! Mas tem também as veste e o tombo, esse pessoal, normalmente, é marginal (Soldado).

Os usos populares do termo marginal estão vinculados, na maioria das vezes, à suspeição, ou seja, à suposição de que um determinado indivíduo pode vir a cometer um crime². Contudo, as crenças nas quais se fundamentam essas teorias são muito frágeis e discriminadoras, baseadas, na maioria das vezes, apenas em estereótipos.

Usualmente, nas Ciências Sociais, o termo marginal é aplicado àquele que se encontra à margem do sistema socioeconômico, sem acesso à saúde, educação, moradia, enfim, aos itens básicos de sobrevivência. Para as pessoas de um modo geral e para a polícia em particular, o marginal está situado nesse conceito, mas constitui-se também em um indivíduo que necessariamente comete crimes ou delitos, ou seja, trata-se daquele indivíduo que, por ser pobre, teria maior probabilidade de ser um delinqüente. O termo marginal denomina grupos, entre os quais estão incluídos os nordestinos, os negros, os desempregados, membros de outras subculturas e minorias étnicas e raciais.

¹ A pesquisa foi realizada, de janeiro a agosto de 2000, em duas Companhias da Polícia Militar de Salvador. Uma localizada na periferia da cidade e a outra em uma área nobre de sua orla marítima. Em cada uma delas foram entrevistados 15 Policiais Militares, entre soldados, cabos, sargentos e oficiais, e seus respectivos Comandantes.

² O termo crime é aqui utilizado em relação aos crimes contra a pessoa - assassinato, lesão corporal e tudo que possa comprometer a integridade física de outrem; e aos crimes contra o patrimônio - roubo, furto, depredação e tudo que comprometa a integridade de um patrimônio.

As idéias sobre a marginalidade das classes urbanas pobres não se limitam ao imaginário popular, mas também estão refletidas nos atos violentos da polícia contra os chamados marginais. O fato de que a maioria dos soldados da polícia pertence a essas mesmas classes urbanas, pobres e marginalizadas, leva a crer que a suspeição, ou na linguagem popular; a suposição de que um indivíduo *é marginal*, origina-se e toma corpo dentro da sociedade.

Em diversos momentos das entrevistas, o uso do termo marginal poderia ser substituído por delinqüente ou criminoso, sem nenhum prejuízo para o teor da fala dos policiais. Assim, ao não fazer com que o soldado rompa com as pré-noções e com os conceitos do senso comum, a polícia termina por reproduzir políticas racial e socialmente discriminatórias, em nome de uma suposta “vontade geral”, apoiada por grande parte da sociedade.

Nesse aspecto, vale salientar que a “suspeição” constitui-se em atitude de caráter subjetivo e, portanto, carregada de valores e pré-noções de cunho discriminatório. As circunstâncias mais comuns de suspeição policial definem-se a partir de três elementos principais: lugar suspeito, situação suspeita e características suspeitas.

1) Lugar suspeito – o lugar parece ser fator preponderante na definição da condição de suspeição, pois, a depender dele, o indivíduo pode ser mais ou menos suspeito, de acordo com os seus caracteres físicos e o seu modo de agir.

O suspeito é aquele que tá à noite numa rua deserta, aí você me pergunta: “*mas será que ele não tem direito de andar à noite numa rua deserta?*” Tem direito sim, mas a gente suspeita e até pede identificação... é a forma como ele olha e a forma como ele reage... suspeitar é assim, uma forma bem subjetiva, que não dá prá gente descrever aqui agora, são uma série de itens para classificar uma pessoa que é suspeita de uma pessoa que não é suspeita (Soldado).

Observa-se que o próprio entrevistado adianta a pergunta sobre o cerceamento de indivíduos que não poderiam andar à noite numa rua considerada deserta. Apesar de admitirem o direito de ir e vir, os entrevistados não hesitam em reafirmar o poder, quando pedem, ou em muitos casos exigem, o documento de identificação. Os mais comumente

utilizados, a carteira de identidade e a carteira de trabalho, indicam o pertencimento a um conjunto, a um *corpus social*. O primeiro assinala quem somos e o segundo o que fazemos. Em ambos os casos influenciam a intensidade da abordagem policial, como indica o relato a seguir:

PM: se eu desconfio do elemento eu sigo e abordo, é uma atitude normal, entendeu? É uma atitude normal e se ele contestar vai ser automaticamente contestado, a gente vai fazer o certo, entendeu? Vai abordar na segurança, no respeito, que tem que ter o respeito, e a partir daí pronto, se for... se a gente comprovar mesmo que se trata de um marginal aí ele vai ser tratado como marginal.

Pesquisador: O que significa ser tratado como marginal?

PM: Se a gente tiver que usar a força e conduzir até a delegacia!

Pesquisador: E como se comprova que o cara é marginal?

PM: Pede o documento

Pesquisador: Só pelo nome?

PM: É (pausa) não é só pelo nome, é que o nome vai dizer se ele já tem passagem e tal, a gente procura saber se ele trabalha e o que ele está fazendo na área e aí se a gente vê que tem alguma coisa ou se a gente tá tendo dificuldade de ter os dados, aí a gente encaminha prá delegacia."

O poder de seguir, abordar e até mesmo de conduzir o suspeito a uma Delegacia, geralmente, baseia-se apenas em uma desconfiança. E para esse tipo de ação policial parece não haver contestação possível. O que se percebe, ainda, na fala de muitos policiais, é que quanto mais populares forem as características do bairro, maior a probabilidade de se ter indivíduos suspeitos. Este é o caso das "invasões", termo pejorativo que, na Bahia, designa as favelas, ocupações ilegais de terra classificadas como de baixa renda. São consideradas por muitos como lugares de suspeição, devido ao padrão de construção simples (ou inacabado), alta densidade populacional, falta de serviços municipais e localização periférica.

No bairro da Liberdade, os policiais citam como local mais perigoso a Avenida Peixe. Segundo os entrevistados, trata-se de um *ponto de tráfico* onde normalmente há confrontos, tanto entre os traficantes, que disputam pontos de comercialização de drogas, como entre estes e os policiais. Segundo um PM, trata-se de *uma guerra diária*, e, ainda que reconheça que há muitas "*pessoas de bem*" morando no local, considera a todos como suspeitos. Na Avenida Peixe, de acordo com um

outro entrevistado, a polícia está sempre em atitude de defesa, pois *todo mundo é suspeito até provar o contrário*. Na prática, é essa inversão de valores que tem norteadado a ação policial em bairros populares.

No geral, as características físicas dos moradores – o descuido com a aparência, resultante das mazelas da vida, cabelos despenteados, roupas velhas ou estragadas – associam-se a estilos de vida supostamente correspondentes: o crime e a delinquência. Deste modo, a segregação física dos bairros populares resulta numa discriminação social, segundo a qual dentro do bairro todos são marginais, e fora dele todos são suspeitos.

Ainda no bairro da Liberdade, a alta concentração de negros e a sede do Bloco Afro Ilê Ayiê constituem motivos para uma maior atenção dos policiais.

PM: A Liberdade é um lugar bem intenso!

Entrevistador: Por quê é um “lugar bem intenso”?

PM: Além de ser rota do tráfico, a Liberdade é um lugar de muito cultura, tem muitas festa, aí quando tem ensaio,³ né? Então, a gente tem que ficar atento.

Entrevistador: O que você quer dizer com “ficar atento”?

PM: “Ficar atento”, suspeitar de quem você não conhece. Dá muita confusão.

Ou, como explica um oficial:

O policial que trabalha aqui nessa área, ele tem um vínculo com a Liberdade, ou ele já morou aqui, ou ele tem parentes aqui. Porque a Liberdade é muito rica em cultura⁴ e também em ruas, então a pessoa que nunca trabalhou na Liberdade é difícil trabalhar na Liberdade (...) a gente fala Liberdade e imagina só a Lima e Silva, mas a Liberdade envolve também a Caixa D'água, IAPI, Cidade Nova, é muito grande, é uma das maiores áreas desse Batalhão. Então a maioria dos policiais que vêm trabalhar aqui, ele tem um certo relacionamento com a comunidade, ou por já ter morado aqui ou por ter parentes aqui. Ele tem que conhecer a área, conhecer as pessoas. Você entende, não é?

O conhecimento da área pelo soldado é um dos pontos centrais do policiamento comunitário⁵. Acredita-se que, a partir desse conhe-

³ Referindo-se ao ensaio do bloco afro Ilê Ayiê.

⁴ Muitos policiais utilizam o termo cultura ao se referirem ao bairro: “a Liberdade é muito rica em cultura”. Isto se deve ao fato de aí se aglutinar um grande número de blocos afro, blocos percussivos e outras entidades carnavalescas.

⁵ O Policiamento Comunitário é parte do Programa de Polícia Comunitária Cidadã, criado na Cidade de Salvador em 1996. Um dos princípios básicos do programa é

cimento prévio, o policial poderá identificar ou definir quem é delinqüente, suspeito, ou “*gente de bem*”.

Nos bairros nobres, a suspeição é delimitada pela precaução, já que não se sabe ao certo com quem se está lidando, ou como afirma um policial: “*aqui mora muita gente grande*”⁶. Os policiais que atuam na orla de Salvador, definem a área como tranqüila e afirmam que a abordagem naquele local é pouco freqüente. Esta acontece apenas quando o indivíduo é *desconhecido na área*, ou está em *atitude suspeita*. Como comenta um PM,

Geralmente, quando a gente aborda uma pessoa, é por horário irregular, ou porque ela estava em um local que não era prá estar, então a gente chega e pergunta o que a pessoa tá fazendo ali e até avisa que é um local perigoso. Agora, quando já é um caso que nós fomos informados pelo rádio, que tem uma pessoa assim, assim, com tais características... a gente leva prá delegacia, prá averiguação.

Pesquisador: Como é um “local que não era prá estar”?

PM: Vamos dizer assim... nós sabemos que ali é uma boca de fumo, um lugar de foco, nós sabemos que tem vários locais hoje como na estrada do CIA,⁷ que sempre acha corpos por lá, se a gente passa com a viatura e vê alguém nesse lugar, nós perguntamos o que ele está fazendo ali e se não der uma resposta convincente, a gente vai ter que levar prá delegacia, prá saber quem ele é.

Pesquisador: Mas pode se tratar de um desavisado que está passando no local por acaso, não pode?

PM: É, por isso mesmo que a gente leva prá delegacia, acho que não é nada demais a gente levar prá delegacia prá averiguar.

Pesquisador: O abordado pode processar o policial por ter feito ele passar pelo constrangimento, não é?

PM: Não! Não pode processar porque a gente não bateu, não fez nada com ele, só pediu prá acompanhar. Ele também não pode dizer que não vai, nós estamos ali para proteger ele, nós somos sua proteção. Se a pessoa diz que não vai, então ela está devendo alguma coisa e quem não deve não teme!”

Além de aliar a idéia de pobreza à de criminalidade, os policiais entrevistados também consideram lugar suspeito os locais escuros, matagal, esquinas e ruas cheias de becos, que poderiam facilitar uma possível fuga.

a personalização do serviço policial. Segundo este princípio é importante que comunidade e policiais se conheçam pelo nome, que haja uma relação mais pessoal entre eles, o que pode ser conseguido se o policial trabalha e reside na mesma área. Cf: Reis, 2001.

⁶ Referindo-se a um bairro da orla marítima de Salvador, onde está localizada uma das Companhias estudadas.

⁷ Centro Industrial de Aratu.

2) Situação suspeita – As situações descritas como de suspeição têm uma estreita relação com o lugar. Uma situação muito citada pelos entrevistados é a de “*um homem encostado em uma esquina, com um pé no chão e outro em um muro ou parede, normalmente fumando*”. Em uma situação deste tipo, o indivíduo é comumente abordado, pois, segundo soldados da PM, é típica de quem está observando para agir e a esquina constitui-se local de fuga rápida.

O uso do termo “situação suspeita” associa, ainda, suspeição e marginalidade com as classes urbanas pobres, desempregados ou subempregados. Nesta concepção, a característica determinante é de ordem econômico-ocupacional. Segundo essa compreensão, o homem parado em uma esquina é sinal de que está desempregado e, portanto, é possível que planeje um roubo.

(...) não tem muito tempo, eu trabalhava no módulo do IAPI e tava em ronda, quando suspeitei de dois elementos que estavam parados no ponto, encostados na parede. Eu não sabia qual era o objetivo deles, só suspeitei, poderia ser uma casa comercial, um coletivo, um transeunte, aí eu abordei.

Pesquisador: Como foi a abordagem?

PM: Eu cheguei dentro dos trâmites normais, abordei o elemento e ele se encontrava armado, arma branca, era uma peixeira. Depois eu fiquei sabendo que ele estava planejando um assalto a coletivo.

Pesquisador: Ele confessou?

PM: Ele confessou, mediante também pessoas que passavam e reconheceram ele de outros assaltos, que ele já tinha praticado ali mesmo.

Eu conversei com ele, ele a princípio disse que não, que tava indo trabalhar, aquele negócio todo, aquela conversa de sempre e aí um cidadão me chamou e disse que tinha sido aquele elemento quem tinha assaltado um ônibus há uns quatro dias atrás. Eu apertei ele, ele aí confessou.

Pesquisador: O que levou o senhor a suspeitar dele?

PM: Ele tava impaciente no final de linha, provavelmente ia pegar um ônibus e assaltar uns dois ou três pontos depois.

Observe-se que há aqui uma intuição baseada na experiência adquirida pelo policial, vou chamar a esse fenômeno de *olho clínico*. Não existe, segundo os próprios PMs entrevistados, um conjunto de regras pré-estabelecidas sobre o que leva à suspeita. Essas regras variam de policial para policial e estão, evidentemente, carregadas de valores subjetivos.

No caso destacado acima, a ação do PM, segundo seu relato, sustou uma ação criminosa, mas isso não é uma regra geral e a cha-

mada situação suspeita, em muitos casos, confunde-se com a cor do indivíduo, como se pode observar no seguinte relato: “*Não existe indivíduo suspeito, existe situação suspeita! Como por exemplo, a dos quatro crioulos dentro do carro*”.⁸

Ou

(...) lembro de uma abordagem normal, eu fui passando, nessa época eu tava de viatura, eu passei na esquina da Marquês de Maricá, aqui no Pau Miúdo, tinha um elemento sozinho na esquina, onze e meia da noite. Ele era assim de cor, entendeu? Mas isso não teve nada a ver não, pelo menos não da minha parte. Eu fui e voltei, ele no mesmo lugar, passei 03 vezes, na quarta ele já ia caminhando, aí eu achei que ele tava saindo do local porque eu tava passando muito, mas só que ele não devia nada, simplesmente ele brigou com a esposa dentro de casa e saiu para esfriar a cabeça, mas foi infeliz porque a viatura tava passando, né?

Aí a gente achou que devia desconfiar dele e como ele saiu do local, a gente achou que devia desconfiar mais ainda. Eu abordei, ele me contou o caso e eu fui até a casa dele para verificar se era verídico, né?

Depois de tudo esclarecido eu fui embora (Soldado da PM).

Desse último relato, três elementos chamam a atenção: o primeiro é o poder que tem o PM de desconfiar e mais, ir até a residência do *suspeito* para verificar a veracidade da informação passada.

Um segundo fator presente na fala do policial é a situação de suspeição descrita como o horário e o lugar, o que cerceia o direito de ir e vir de qualquer cidadão. Aqui, o que impede alguém de andar na rua à noite não parece ser o medo do assalto, mas ao contrário, o medo de ser confundido com o assaltante.

O terceiro e último fator que gostaria de comentar diz respeito à iniciativa do soldado em explicar que apesar de o indivíduo ser negro, não foi esse fato que provocou a abordagem e afirma que pelo menos *não da parte dele*, o que suscita a dúvida se a cor definiu ou definiria a abordagem, caso fosse um outro policial.

A explicação prévia do soldado demonstra uma tentativa de se isentar de qualquer *contestação* que se venha a fazer, no sentido de que a abordagem tenha sido discriminação com base na cor. Afinal, *racista é o outro*. Há um conjunto de elementos que, para os soldados da PM,

⁸ Cf: Revista Veja 1997.

compõe a situação suspeita e, segundo eles, a questão não passa pelo âmbito racial. Alguns até justificam:

Como é que eu posso agir com racismo se o elemento é da mesma cor que a minha, não existe o preconceito de minha parte, existe de outras pessoas, até mesmo daqueles que é da própria cor, existe também na polícia, mas comigo não (Policial Militar).

Percebi, ao contrário, que os elementos que definem a suspeição são mais comumente encontrados entre os pretos e pobres, em seus locais de moradia e trabalho e em suas condições e estilos de vida. Isso ficou muito evidente quando pedi aos PMs entrevistados que identificassem, através de algumas fotos⁹ sobre a mesa, aqueles indivíduos que, encontrados em situação suspeita, seriam abordados.

O resultado dessa pesquisa pode ser dividido em 04 grupos:

- 1) O primeiro grupo é composto por 14 policiais que admitiram que a maioria dos *marginais da área* é de pretos, daí terem retirado todas as fotos de homens negros. Ora, a maioria das pessoas presas por praticarem grandes, ou pequenos delitos é negra, não apenas porque na Bahia há um maior número de negros que, no caso da Liberdade, representam mais de 70% da população, mas porque o racismo associa todo preto ao marginal. Essa é a premissa em que a ação da polícia se baseia.
- 2) No segundo grupo, estão 05 entrevistados que afirmam ter tirado as fotos de homens negros, porque têm colegas que consideram “os pretos suspeitos”. Este segundo grupo é formado por policiais que não admitem ter a mesma postura que aqueles do primeiro grupo, contudo abordam os negros porque existem policias que os consideram suspeitos. Trata-se, aqui, de uma tentativa de se isentar da acusação de ser racista ou discriminador.

⁹ Fotos recortadas de jornais diários. Trata-se de pessoas dos mais diversos fenótipos, homens e mulheres de diversas idades. Alguns deles estavam no jornal por terem cometido alguma espécie de delito, outros por estarem desaparecidos ou serem vítimas de algum crime.

- 3) O terceiro grupo é formado por 10 policiais que tiraram fotos de homens sem camisa, tatuados, ou com marcas no corpo, negros ou não. Trata-se de policiais que acreditam existir uma marca que identifica o indivíduo que está na iminência de cometer um delito. A explicação dada por esse grupo de policiais é que a prática no serviço os auxilia a reconhecer um *marginal*, a partir de determinadas marcas.
- 4) Neste grupo, há apenas um policial que se recusou a retirar as fotos, afirmando que a sua atuação não era baseada na cor ou aparência, mas em *situações suspeitas*. Todos esses fatores ficam muito mais evidentes quando analisamos as características, dadas pelos policiais, para se reconhecer um suspeito.

3) Características suspeitas – Entre os soldados e oficiais entrevistados nas duas Companhias da Polícia Militar em estudo, muitos não tinham o menor pudor em caracterizar os negros como suspeitos em potencial. O que mais se destacava nos relatos era o cabelo *rastafari* como um estigma de marginalidade, um jeito de andar meio gíngado (nomeado pelos PMs como *tombo*), tatuagens no corpo e, ainda, um tipo físico denominado como *malhado*¹⁰, com correntes de ouro e/ou brinco na orelha. No entanto, todos os policiais da Companhia da PM da Orla ressaltaram o fato do cuidado na abordagem naquela área, principalmente nos casos em que o *suspeito* estava bem vestido, já que segundo os PMs havia muita *gente grande* morando naquela área, ou como citou um entrevistado: “*aqui tem muito filho de coronel*”.

Outros policiais falam apenas em locais suspeitos, ou seja, esquinas, porta de botequins, etc. Nesses locais, o indivíduo não precisa ter nenhuma das características acima, mas apenas o fato de estar parado ou encostado a uma parede passa a ser motivo de uma abordagem.

¹⁰ Tipo físico forte, normalmente frequentador de academias de ginástica e lutas, morador de localidades de baixa renda.

Quando perguntado aos policiais: *quais as características que fazem você suspeitar de alguém?* As respostas mais freqüentes foram:

- Trajes e modo de andar e falar;
- Negro, rastafari, com roupas inadequadas;
- Olhar em demasia para uma determinada área;
- Estar em uma esquina encostado à parede;
- Gestos e fisionomia;
- Ser desconhecido no local e estar com roupas inadequadas e boné;
- Comportamento inquieto e nervoso (olhar muito para os lados, andar de um lado para o outro, etc.).

Para a maioria dos PMS, a segurança para determinar a suspeição é adquirida no que eles denominam *vivência na polícia*:

Não vem escrito na testa do malandro: "sou marginal"; é a vivência, vendo situações diariamente, a gente busca uma segurança maior, certo? Então, a gente desconfia de certos indivíduos, com certas características". (Cabo da PM)

Essa vivência significa, para os policiais entrevistados, que a prática constante no serviço possibilita reconhecer um "marginal". Nesse sentido, os números foram os seguintes: 24 PMS admitiram suspeitar de um indivíduo com base apenas nas características físicas e 06 PMS afirmaram que não se baseiam nessas características, mas conhecem algum colega que as utiliza. Daqueles que afirmam utilizar as características descritas acima no reconhecimento do "marginal", tem-se os seguintes resultados: 12 policiais afirmaram que sempre acertam; 8 afirmaram que nem sempre acertam; e 4 afirmaram que há muitos erros. Um dos entrevistados complementa, contando um caso que lhe aconteceu:

(...) eu sempre suspeitei do elemento que fica parado, assim (...) impaciente ou está com uma roupa que não é adequada para o tempo; por exemplo, está sol e ele está com um blusão, nesse caso ele pode estar escondendo uma arma. O cara de boné; o boné normalmente é usado prá esconder o rosto.

Pesquisador: Já aconteceu de você abordar alguém com essas características e a pessoa não ser um delinqüente?

PM: Já, várias vezes. Já aconteceu de eu desconfiar de um elemento e, eu não vou mentir, ele tava com essas características, mas aconteceu do elemento correr. Mas quando ele correu, eu percebi que, porque quando a gente tá per-

seguindo alguém, a gente observa o movimento da mão e eu percebi que ele não tinha nada. Alcancei, abordei e ele não tinha nada! Perguntei porque ele correu e ele disse que ficou com medo. Inclusive (risos) inclusive ele tava todo urinado. Expliquei a ele o risco que ele correu por ter corrido, expliquei que a pessoa não deve correr ao ser abordada, porque se não deve nada, não tem nada a temer (Soldado da PM).

Neste caso específico, o mesmo “olho clínico” que colocou em risco a vida de uma pessoa considerada suspeita, teve o discernimento de entender que se tratava de um indivíduo que correu por temer a ação da polícia.

Segundo alguns policiais, não existe nenhuma espécie de treinamento dentro dos cursos da PM que os ajude a identificar um suspeito ou delinqüente. Para esses PM's, a atuação é baseada apenas em intuição:

(...) eu abordo por intuição, o cara estranho na área, mal trajado e nervoso, a gente suspeita.

Pesquisador: O que o senhor quer dizer com mal trajado?

PM: Mal trajado? (pausa) muitas vezes ele tá de sandália, com um short velho, alguma coisa assim (pausa) que chame a atenção nas vestes dele. Uma blusa desbotada, por exemplo.

Pesquisador: Mas num lugar onde a maioria da população é pobre, isso não seria uma vestimenta normal?

PM: Sim, pela sandália sim, mas por estar fazendo sol e ele de blusão, por exemplo, aí já é suspeito.

Pode-se observar como é contraditório o discurso dos policiais, na incessante tentativa de identificar aqueles indivíduos que possuem a *Marca de Caim*. Acontece, também, que a maioria desses entrevistados admite que, embora normalmente aja por intuição, este tipo de atuação também leva a erros e conseqüentes prejuízos, como no caso a seguir:

Quando eu trabalhava na área, eu trabalhava de P.O.,¹¹ então passaram uma mensagem pelo rádio de que tinha um suspeito que usava calça jeans e camisa branca e estava com uma pasta preta na mão. Então, eu e meu companheiro saímos na diligência. Aí, ele passou uma mensagem pelo rádio: “*tenente, o elemento suspeito está por aqui*” e disse o local onde nós estávamos, então acabou que o elemento que nós pensávamos que era, passou na rua da Cia e parou numa barraca para lanchar. Eram as mesmas características; um cara alto, magro, negro, camisa branca, calça jeans e mala preta. Aí os policiais, todos armados de pistola, cercaram ele, chamaram não sei quantas viaturas e cercaram a barraca. O cara tremia, coitado! Os PM's tinham metralhadora, tinham tudo quanto é arma e o cara sozinho lá na parede. Um colega foi, revistou e ele não tinha nada; pediu para ele

¹¹ Policiamento Ostensivo.

abrir a mala e ele não tinha nada. O elemento que a gente estava abordando estava limpo e a gente estava procurando um assaltante. Ele ficou lá com as mãos para cima e as pernas abertas, ele tremia tanto que nem conseguia segurar as pernas (...) depois a gente pediu desculpas, contou que tinha sido um engano e ele ficou lá, todo mundo olhando. Eu acho que ele ficou um bom tempo na barraca, esperando o susto passar (Policial do sexo feminino).

Outros policiais admitem que existe um tipo de treinamento militar que faz com que os soldados considerem como suspeitos todos os negros, principalmente os homens negros. A forma como se processa esse treinamento não foi revelada, mas algumas observações foram feitas por um Cabo, que se identifica como negro e morador de bairro de baixa renda. Segundo ele: “*em nossa terra o negro é suspeito, mas os marginais estão de paletó e gravata. A PM é preconceituosa porque segue os padrões da sociedade, de que todo preto é suspeito (...) o marginal não tem cara. A cara do marginal quem faz é o sistema; é o cara negro, camiseta ou camisa de marca, bermudão, boné, tatuagem, etc. É o que dizem pra gente na Academia*”.

De acordo com o que foi relatado neste texto, observa-se que, em diversas circunstâncias do cotidiano, uma pessoa negra pode apresentar-se em atitude suspeita e, portanto, ser vítima de abordagens constrangedoras que atingem inexoravelmente seus direitos.

Em determinados momentos, a própria polícia torna-se o alvo da discriminação racial. Quando perguntei aos policiais: *você já sofreu discriminação racial?* Apenas um PM respondeu afirmativamente, os outros afirmaram nunca ter vivenciado tal episódio. Porém esse discurso se torna contraditório quando lhes pergunto: *você já sofreu algum tipo de incômodo em virtude da cor?* Aqueles que respondem afirmativamente entendem como incômodo um tratamento diferencial que sofreram por ser negro no exercício da sua função, um deles chega a desabafar: “*O pessoal não leva muita fé no meu serviço*”.

É importante salientar que uma vez sem farda, o policial poderá passar pelo mesmo constrangimento que as pessoas abordadas por eles nas ruas, como declara um oficial:

Já aconteceu de eu sair num final de semana à noite, de carro com meus irmãos, e ser perseguido e parado por uma viatura policial. Nesses casos, ajo normalmente, pois sei que eles estão fazendo o seu papel. Mas, exijo ser bem tratado. Quando

isso não acontece, me apresento como segundo tenente, digo que também trabalho nas ruas e que aquela não é a maneira correta de se abordar alguém.¹²

A suspeição baseada na aparência física das pessoas é inconstitucional. Contudo, esse não é um fenômeno isolado, atribuído a alguns integrantes da corporação. Antes de tudo, é uma falha da estrutura maior que não prepara os soldados da PM para o exercício da sua função, sobretudo nos bairros populares, onde a identificação dos suspeitos é feita por policiais militares que, em geral, são, eles mesmos, homens negros pertencentes às classes urbanas pobres.

Tecnicamente, uma abordagem policial por si só, não pode ser considerada como um caso de discriminação racial ou social, a menos que seja seguida de uma injúria referente à cor da pele ou à posição social do abordado. O fato, entretanto, é que essa abordagem, quase sempre violenta, é baseada na aparência física e nos lugares considerados suspeitos. Refiro-me aqui, não apenas à violência física, mas também à violência simbólica, ou seja, o constrangimento de ter o corpo revistado em público, os documentos exigidos e, em muitos casos, ser conduzido até a delegacia de polícia.

Abordagens e revistas policiais violentas raramente são denunciadas. Mas quando ocorrem queixas, estas provêm, em maior número, daquelas pessoas com alto nível de escolaridade ou poder aquisitivo, como no caso de uma estudante de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia. Ela afirma ter sido agredida e discriminada por uma policial militar¹³, pois, quando se recusou a abrir a bolsa para revista, a policial “*agiu com extrema arrogância*” depois de ter deixado “*de revistar uma senhora branca que estava pouco antes*”. Ao pedir que as outras passageiras também fossem revistas, conta a estudante, a policial segurou a arma por trás do colete e colocou o dedo em seu rosto, bradando: “*você é umazinha meliante vagabunda, e não é uma qualquer que vai ensinar o trabalho para uma policial*”.

¹² **Raça Brasil**; maio 1998.

¹³ **Jornal A Tarde** – Salvador, 19 dez., 2000.

A estudante foi conduzida à delegacia, onde afirma ter sido obrigada a assinar, sem ler, uma certidão por delito de desacato à autoridade. Após o incidente, a vítima prestou queixa na Corregedoria da PM e procurou os meios de comunicação para fazer a denúncia. Este caso sugere que a farda e a arma parecem ter mais efeito como mecanismos de intimidação, quando utilizadas contra indivíduos considerados “inferiores”. Por isso, as vítimas mais freqüentes das arbitrariedades policiais são os pobres, que, no caso da Bahia, são também pretos.

A suspeição policial está baseada em dois fatores fundamentais: marca biológica (aparência física e cor da pele) e marca social (as condições de vida da população, lugares de trânsito e moradia, etc.). Como indicado nos relatos dos próprios policiais “todo preto é suspeito”, daí a necessidade de ressaltar alguns fatores fundamentais para a análise da atuação policial:

- 1) Falta à Instituição Policial romper com o senso comum e criar um modelo de policiamento neutro, ou seja, que não julgue ou atente contra as pessoas, por causa de seu tipo físico ou classe social;
- 2) Os soldados da PM são pessoas pouco escolarizadas, na maioria pobres e que vêem no serviço policial uma forma de contar com a segurança de um emprego público. Todavia, são mal remunerados e possuem um treinamento militar pouco qualificado, não contam com o respeito e, menos ainda, com o reconhecimento de grande parte das pessoas e, desse modo, procuram se impor, utilizando o poder da arma e da farda. Vale salientar que esse poder só tem efeito sobre os indivíduos situados na mesma classe sócio-econômica desses soldados da PM, ou em classe inferior, e, na Bahia os de classe econômica inferior, os pobres, são também pretos;
- 3) Falta treinamento militar adequado para que esses policiais atuem baseados apenas nos conceitos e estratégias que desenvolveram durante o exercício da profissão, e/ou que captaram na sociedade mais ampla, e nos conhecimentos repassados pelos policiais mais velhos. Esses conceitos e estratégias têm os negros como um tipo estigmati-

zado de suspeito e, assim, essa construção social discriminatória vai se perpetuando na ação policial.

(Recebido para publicação em fevereiro de 2002)

(Aceito em junho/2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, Caco. **Rota 66** – a história da polícia que mata. 30 ed. São Paulo; Globo, 1997.

COSTA, Iraneidson Santos. **A Bahia já deu régua e compasso: o saber médico sobre o negro 1891-1937**. Dissertação (Mestrado) - UFBA, fev.,1994.

COHEN, A. K. A delinqüência como subcultura. In: VARAGNAC, A. *et al.* **Sociologia da juventude III. A vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. São quase todos pretos - médicos, policiais e antropólogos no gabinete de identificação e no laboratório de antropologia criminal do Rio de Janeiro. In: REUNIÃO DA ABA, 19, mar. 1994.

DAMATTA, R. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: CARNAVAIS, malandros e heróis. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997. p.187-259.

ESPINHEIRA, Gey. A fundamentação do racismo moderno: as contradições da liberdade - o negro como objeto da ciência e da religião. In: ESPINHEIRA, Gey. **O mal estar na racionalidade**. Tese de (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1994.

ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In: OLIVEIRA, N. *et al.* **A outra face da moeda**. Violência na Bahia. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador. Salvador, 2000. p.30-43.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito e discriminação. Queixas de ofensas e tratamento diferencial dos negros no Brasil**. Novos Toques, 1998.

PERLMAN, J. F. **O mito da marginalidade**. Favelas e política no Rio de Janeiro. 2.ed. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

